

A GEOGRAFIA URBANA ATRAVÉS DOS MANUAIS (II PARTE)

Depois da apresentação dos autores franceses, debruçamo-nos agora sobre os anglo-americanos. Tal como na primeira parte, ao procurarmos analisar os livros de texto mais significativos de geografia urbana, não tivemos a preocupação de ser exaustivos e, embora o evitássemos, é possível que alguma obra importante não apareça referida, por não lhe termos tido acesso. Não tratamos, no entanto, determinadas obras muito interessantes, por não constituírem manuais, ou não serem de geógrafos, como as de D. HARVEY, próximas daqueles, a de J. PALEN, e outras, como a de B. BERRY e F. HORTON, tão fundamental; neste caso, trata-se de um *Readings*, ainda que, sob alguns aspectos, se possa considerar um livro de texto, devido ao profundo enquadramento dado pelos autores aos materiais seleccionados. Mas incluímos nesta análise algumas que sob determinados pontos de vista não seriam consideradas manuais, como as de DICKINSON, JOHNSTON ou SCOTT, devido à menor identificação dos livros de texto com estas características na bibliografia anglo-saxónica e escolhemos livros que são acessíveis em Portugal.

O primeiro livro seleccionado, o de DICKINSON, de 1947 (1), não é realmente um manual de geografia urbana. Com efeito, a parte da organização interna das cidades

(1) R. DICKINSON — *City, Region and Regionalism*. Londres, 1947, segundo a tradução castelhana, Barcelona, Ed. Omega, 1961, que segue a 2.ª edição inglesa (1952).

ocupa relativamente pouco espaço numa obra mais orientada para a região. Publicado depois da guerra, embora estivesse pronto antes, revela a preocupação do autor com o planeamento e com a solução de problemas, sejam eles a reconstrução urbana ou o aproveitamento de recursos. Pode dizer-se que o livro tem alguns objectivos práticos pois o autor pretende demonstrar que os geógrafos podem e devem participar nas equipas de planeamento e faz várias referências à necessidade de reformular as divisões do território, para conseguir maior precisão na recolha de dados e uma adequação mais correcta às realidades sociais e geográficas. DICKINSON salienta a necessidade de criar novas divisões administrativas, convergentes com as regiões quadro do planeamento económico e social que, em paralelo com a descentralização do aparelho de estado, permitissem melhor aproveitamento dos recursos e uma gestão mais eficaz.

Sintomático do enfoque regional em detrimento do especificamente urbano é o facto de o primeiro capítulo começar com o conceito de região e não com o de cidade. A região, para DICKINSON, é no essencial a área tributária de uma cidade. No prefácio, o autor identifica como seu objectivo principal "analisar o papel desempenhado pelos vários núcleos urbanos, vilas, cidades, capitais de primeira e segunda ordem, como verdadeiros centros dinamizadores da actividade e organização humana, ao serviço da área tributária, circundante" (p. 9).

O livro está organizado em quatro partes. Na primeira, o autor apresenta os conceitos de região (capítulo 1), introduz a Teoria dos Lugares Centrais e a classificação de cidades (capítulo 2), bem como a formação das regiões metropolitanas nos Estados Unidos, Alemanha e Reino Unido (capítulo 3).

O conceito de cidade, de DICKINSON, decorre da própria preocupação regional do autor, reunindo o serviço das áreas tributárias e a diferenciação das actividades dos habitantes, ao dizer que "o carácter peculiar da cidade vem do modo de vida e das actividades dos seus habitantes (...) o agrupamento de funções centrais num núcleo concentrado constitui a faceta mais característica da cidade" (p. 41). Pela mesma razão, na classificação das cidades o autor contrapõe as sistematizações funcionais empíricas, ou baseadas nas ocupações dos habitantes (AUROUSSEAU e HARRIS), às classificações hierárquicas de CHRISTALLER e SMAILES, identificando os serviços e instituições que ocorrem no limiar urbano.

A parte II trata da estrutura interna das cidades, "a grande cidade constitui uma unidade de vida e organização social (...) é formada por pequenas unidades homogéneas, com características próprias, que desempenham um papel essencial na vida urbana" (p. 121). Encontra-se aqui subjacente o conceito de conjunto, reunião de partes (os bairros de LAVEDAN ou as áreas naturais dos ecologistas de Chicago que DICKINSON aprecia), já identificado na primeira parte deste trabalho. No entanto, o conteúdo desta parte II não é dedicado ao estudo individual das várias unidades morfofuncionais, como fariam os autores franceses, mas segue uma análise global. Assim, no capítulo 4 a estrutura da cidade é apresentada como resultado do processo de desenvolvimento, articulando o espaço com os processos ecológicos (concentração — centralização — desconcentração — descentralização — segregação — invasão — sucessão) que o autor discute; segue-se a análise das plantas, procurando ver nelas os

efeitos do crescimento e estabelecendo os contrastes entre a Europa e os Estados Unidos. A discussão do modelo das zonas concêntricas de BURGESS, as características da orla rural-urbana, as migrações casa-trabalho relacionadas com a localização industrial, e a distribuição da população na área urbana completam este capítulo geral.

No capítulo 5 é estudada a organização funcional intra-urbana; aparece a problemática das áreas naturais e a organização do comércio e serviços. Nos anos 40, DICKINSON tem ainda poucos estudos empíricos para se apoiar, mas já distingue os centros comerciais hierarquizados e as faixas, naturalmente sem a elaboração que mais tarde B. BERRY virá a estabelecer. No fim, o zonamento que reconhece existir no espaço urbano é relacionado com o planeamento, de maneira um pouco semelhante à que CHABOT pouco tempo depois adoptará.

A parte III é dedicada às relações cidade-campo e ao estabelecimento das áreas de influência das cidades, enquanto a IV, sobre o regionalismo, contém referências à evolução das divisões regionais em França, Inglaterra e Estados Unidos. O autor constata a multiplicação das divisões territoriais por serviços (administrativos, económicos, fiscais, etc.) e a necessidade de as integrar e reformular com vista ao planeamento e reconstrução do país. Apresenta também algumas propostas de alteração da divisão regional britânica.

A obra de R. DICKINSON, de 1964 (2), é uma reformulação da de 1947. De facto, quer o esquema geral, quer a maior parte das ideias mantêm-se, encontrando-se tão só maior desenvolvimento de alguns aspectos e exemplos mais numerosos.

A parte I, sobre as características de centro regional inerentes às cidades, segue bastante o texto de 1947, apesar da individualização dos processos ecológicos determinantes do crescimento nas áreas urbanas, num capítulo intitulado "A natureza da cidade". Aqui o autor defende que o estudo da natureza da cidade compreende três aspectos distintos; "funções (cultural, administrativa, económica), formas ou estruturas físicas (os edifícios individualmente e o modo como se agrupam na planta) e o tipo de arranjos espaciais e organização" (p. 21); analisa ainda algumas consequências da explosão urbana.

Na parte II, que continua a chamar-se "A estrutura da cidade", o antigo capítulo 4 aparece desdobrado em dois, um com as teorias do crescimento urbano (modelos dos ecologistas) e sua aplicação a algumas cidades, e outro, de âmbito mais vasto, pois, para além do estudo da planta e da franja urbana, trata da localização da indústria, das áreas sociais, das deslocações e transportes.

A parte sobre regiões da cidade, que compreende as áreas de residência (áreas naturais dos ecologistas e dos planeadores) e a estrutura terciária, embora em termos gerais siga a primeira edição, tem bastante maior desenvolvimento nas referências à estrutura comercial, mantendo actualidade, quer os traços gerais da estrutura comercial, quer as tendências de evolução.

(2) R. DICKINSON—*City and Region. A geographical interpretation*, Londres, Routledge and Kegan Paul Ltd, 3.^a edição, 1966.

A parte III, sobre a cidade na região, com as relações cidade-campo e a formação das grandes áreas urbanas, aparece também aumentada por via dos exemplos mais numerosos. O mesmo acontece na IV, onde foi acrescentado o caso da Alemanha.

Para além do carácter aplicado das obras, nota-se em DICKINSON a influência de autores "teóricos", como CHRISTALLER e VON THUNËN, dos ecologistas de Chicago, de urbanistas, como GEDDES e MUNFORD. Independentemente dos conceitos, há a preocupação de tratar casos comparativamente, em relação à Grã-Bretanha, aos Estados Unidos, à França e à Alemanha.

Embora o autor reconheça que a organização urbana "é a tendência natural para as instituições e residências se arrumarem em zonas separadas, seja a segregação dos artesãos em ruas ou junto do curso de água, das guildas à volta do centro de mercado, ou dos grupos étnicos em sectores próprios" (p. 23), não é depois muito claro sobre o tipo de áreas que devem ser estudadas como regiões funcionais, pois no capítulo intitulado "Regions within the city" trata das áreas naturais e do comércio, deixando a indústria e as áreas sociais para outro.

Em 1953, A. SMAILES publica um livro ⁽³⁾ de geografia urbana que está para a geografia inglesa como o de CHABOT (1948) está para a francesa.

Os dois primeiros capítulos são dedicados às cidades no tempo, das origens à Idade Moderna, o primeiro, depois da Revolução Industrial, o segundo. O autor liga as cidades à civilização e dá, por isso, bastante importância à escrita, considerando a invenção desta mais ou menos simultânea delas, mas sem o rigor de exigir aquela para identificar os primeiros lugares urbanos. Procura fundamentar com números, naturalmente mais abundantes para os períodos mais recentes, a apresentação das cidades das várias épocas e, na breve história que traça, o factor tecnológico merece destaque especial como agente motor do desenvolvimento.

A revolução industrial é encarada como uma segunda revolução urbana, pois, pela primeira vez na História, a maior parte da população de vários países é urbana e, em simultâneo, formam-se cidades muito grandes que, inclusivamente, absorvem outras no seu território. SMAILES discorre então sobre o conceito de cidade, interroga-se sobre a pertinência da distinção entre cidade e campo e apresenta os critérios de delimitação das cidades. Sendo a cidade encarada principalmente como um centro de serviços regional, um dos critérios propostos refere-se às funções existentes. Tal como DICKINSON referia, SMAILES identificou, no estudo sobre as cidades britânicas, os serviços que em conjunto definem o limiar indicativo "do estatuto urbano completo" (p. 35): "em termos comerciais, a diversidade concomitante com a presença de 3 ou 4 agências bancárias e a filial de um grande armazém tipo *Woolworth*; em termos de educação, diversões e serviços de saúde, aquele limiar é representado pela presença de liceu, cinemas e hospital" (p. 35-36).

O capítulo 3 é dedicado à posição das cidades. Distinguindo entre localização, sítio e situação, relaciona estes dois últimos com a função e estuda os principais tipos de sítio, situação e respectiva evolução.

(3) A. SMAILES — *The Geography of Towns*, Londres, Hutchison. 1.ª edição americana, 1968, Chicago, Aldine.

Os capítulos 4 a 6 referem-se à forma e à estrutura urbana e têm uma dominante morfológica, ou mais precisamente o que se poderia chamar de morfologia social. No capítulo 4 SMAILES postula que a forma das cidades varia com a cultura que expressam e a sua especialização funcional. Tanto as formas básicas, como as instituições sociais variam com os países, ou grandes regiões, atribuindo, por isso, às cidades “ambientes” diferentes, evidenciados nos “elementos de referência” (*landmarks*), como sejam templos, fortalezas, ou instalações industriais, ou mesmo outros aspectos que podem não ser formalmente tão marcantes, mas expressam também o modo de vida, caso dos cafés, nas cidades francesas.

É curioso o autor verificar a tendência para a multiplicação de elementos de uniformidade nas cidades britânicas, e concluir que, desse modo, elas adquirem maior semelhança entre si, diferenciando-se mais das de outros países, pois afinal a difusão de elementos à escala internacional (através das cadeias de hotéis, restaurantes, lojas ou do estilo dos edifícios) resultou numa certa americanização dos ambientes urbanos ocidentais.

A diferenciação associada ao fenómeno urbano leva-o ao estudo da segregação, desde a de raiz étnico-religiosa na Idade Média, passando pelas cidades coloniais até aos bairros étnicos das cidades norte-americanas. O autor reconhece que “a maior parte das áreas urbanas são socialmente diferenciadas na base, tipicamente americana, dos níveis de rendimento” (p.79).

Os capítulos 5 e 6 têm o título de “Morfologia das Cidades”, tratando o primeiro (cujo subtítulo é *Urban Regions*) da estrutura urbana, entendida como “os vários usos da terra na cidade, cinturas industriais, áreas comerciais, bairros residenciais” (p. 80). SMAILES diz também que a estrutura “pode ser descrita em termos das formas e arranjos dos espaços e edifícios que constituem a paisagem urbana ou ‘townscape’” (p. 80) e é a convergência dos aspectos de morfologia, função e forma que permite reconhecer aquilo a que chama as “regiões urbanas” cujo estudo individual e nas suas interdependências é o principal objectivo da análise geográfica. Parece possível identificar em SMAILES uma tradição de tipo regional. Com base num exemplo, o autor apresenta uma estrutura de base em zonas concêntricas — revelando as características do centro, anel interior e anel exterior —, sobre que actuam factores de distorsão do crescimento em mancha de óleo, agrupados em “azonais” (principalmente transporte e características do sítio) e “enclaves” (relacionados com a estrutura da propriedade e com definições dos planos).

Seguidamente, apresenta a formação da estrutura urbana como resultado do processo de crescimento traduzido na planta. Estabelece contrastes entre cidades planeadas e não planeadas; os núcleos antigos e apertados das cidades europeias, testemunhos do período medieval, e a dispersão periférica característica das cidades actuais.

Finalmente, no último capítulo, trata das áreas de influência. Como “a essência da cidade moderna é ser sede de serviços centrais” (p. 129), o autor apresenta vários métodos para identificar áreas de influência urbana, terminando com uma referência ao desajustamento existente entre os limites administrativos e as áreas urbanas.

Apesar da grande actualidade e pertinência de algumas observações, encontramos-nos perante um livrinho de carácter histórico que, no princípio dos anos 50, sistematizava, em inglês, os conhecimentos existentes sobre as cidades. É uma obra pouco profunda, que reflecte a falta de trabalhos analíticos de temática intra-urbana, ao contrário dos relativos à posição das cidades face aos territórios envolventes, ou às relações das cidades umas com as outras — trabalhos de aplicação que o próprio autor desenvolvera. Para além da ênfase nas relações cidade-exterior, que se reflecte na própria definição de cidade, e talvez também por isso, é sensível neste autor, maior preocupação com os padrões, isto é, com a distribuição dos fenómenos. Note-se como SMAILES acentua os aspectos da distribuição quando diz que “a geografia urbana se preocupa com o reconhecimento de agrupamentos significativos dos traços culturais que representam tipos regionais e com o estabelecimento e interpretação dos aspectos dessa distribuição” (p. 68). SMAILES aparece-nos pois ligado à corrente da geografia defendida por HARTSHORNE, que enfatiza o estudo da diferenciação espacial (*areal differentiation*) e a que JOHNSTON (4) chama regionalismo. Ao contrário da tradição regional francesa, que procura os aspectos únicos de cada cidade ou de cada família de cidades, o regionalismo de HARTSHORNE encerra alguns aspectos da geografia geral (pode até usar o método dedutivo), mas mantém traços regionais ao individualizar áreas funcionais ou sociais que estuda como tipos.

SMAILES revela também algumas influências da ecologia urbana; considera que a cidade pode ser apreciada do ponto de vista sociológico ou geográfico e, como tal, “deve ser vista, antes de mais, como uma comunidade de indivíduos perseguindo um modo de vida diferente do da população rural, embora possa também ser encarada como uma porção da superfície da terra distinta dos arredores rurais, por transformação humana específica, que inclui edifícios e outras estruturas” (p. 32). Já para a comparação da população rural e urbana defende que “o geógrafo deve considerar como urbano um tipo de paisagem construída” (p. 33). Outros elementos que revelam a influência da interpenetração homem-meio, segundo a escola ecológica, são a identificação da estrutura urbana baseada em zonas concêntricas, a referência aos processos ecológicos no crescimento urbano, o enfoque no género de vida urbano e a identificação de áreas morfofuncionais.

Apesar da importância que atribui à cidade como foco de um território, a obra de SMAILES afasta-se consideravelmente da de DICKINSON em termos de plano, o que permite considerá-la o primeiro manual britânico de geografia urbana.

O livro de E. JONES (5) é constituído por sete capítulos seguindo o esquema introduzido por SMAILES. Sendo um livro didáctico, o autor revela a preocupação de referir várias correntes e apresenta, de forma muito resumida, os trabalhos mais importantes sobre os diversos temas que trata. Assim, no capítulo I, dedicado aos conceitos de cidade, JONES passa em revista as perspectivas de historiadores, sociólogos e geógrafos. O autor ressalta a importância geográfica das análises regionais,

(4) R. J. JOHNSTON — *Geography and geographers. Anglo-American Human Geography Since 1945*, Londres, E. Arnold, 2.ª edição, 1983

(5) EMRYS JONES — *Towns and Cities*, Londres, Oxford University Press, 2.ª edição, 1970.

entendidas como o estudo das relações cidade-área de influência, e refere a propósito o carácter simbólico do título da obra de DICKINSON (1964), antes considerada.

O capítulo 2 é dedicado ao processo de urbanização, entendido como "o crescimento das cidades à custa do campo, medindo a mudança de população de um lugar para outro" (p. 16). Tal como SMAILES, JONES refere as razões do aparecimento das primeiras cidades, o desenvolvimento urbano até à megalópolis, apresentando bastante informação estatística.

O autor adopta a noção de que as características das cidades da Europa e América do Norte, a que chama ocidentais, são produto da revolução industrial, pelo que as cidades dos outros continentes podem ser designadas por pré-industriais, apresentando traços semelhantes às europeias, anteriores ao século XVIII. Neste contexto, dedica o capítulo 3 às cidades pré-industriais, fazendo um resumo das teses de G. SJOBERG e passando em revista algumas características gerais das cidades yorubas, indo-chinesas, da Europa medieval e da América latina.

O capítulo 4, sobre as cidades ocidentais, é dedicado à forma. Tal como os autores precedentes, JONES considera que o tipo de planta e mesmo o arranjo dos usos do solo são explicados pelos estádios de desenvolvimento pelos quais as cidades passaram. Partindo da planta das cidades inglesas, refere alguns aspectos de morfologia medieval e renascentista, as modificações introduzidas no século XIX com o uso do ferro, a adopção de transportes públicos, a separação casa-trabalho e o início da expansão suburbana, (que atingirá o apogeu no nosso século), para depois duma primeira fase de congestionamento do CBD, em que apenas a habitação e a indústria se situavam na periferia, se assistir à desconcentração de todo o tipo de actividades. A segunda parte deste capítulo é dedicada aos problemas de crescimento das grandes cidades e às soluções urbanísticas que têm aparecido, nomeadamente a importância das unidades de vizinhança, a cintura verde (*green belt*) e as cidades novas. Se a maior parte deste material pouco nos traz hoje de novo, mantém-se com interesse a exposição das condições habitacionais nas cidades inglesas na primeira metade do século XIX, assim como a referência aos primeiros regulamentos urbanísticos.

O capítulo 5 é o que nos parece mais conseguido em termos de articulação dos temas. Intitulado "Dimensão e Classificação das Cidades", nele o autor começa por tratar a relação entre a dimensão e a frequência dos lugares, apresentando o escalonamento urbano de ZIPF e a regra da macrocefalia (*primate city*) de JEFFERSON; de seguida, procura a lógica subjacente à distribuição das cidades num padrão "que seja o resultado das relações de dimensão" (p. 85) e introduz a Teoria dos Lugares Centrais. Como, "para além de responder às necessidades dos que compram bens de vários tipos, diária, semanal ou ocasionalmente, muitas cidades apresentam outras funções importantes, cuja classificação se tem revelado uma tarefa bastante difícil" (p. 89), o autor introduz a questão da classificação das cidades. Refere propostas baseadas na estrutura das ocupações da população activa (HARRIS, NELSON) bem como outras que procuram alargar o conjunto de variáveis consideradas, como a de MOSER e SCOTT.

As relações da cidade com a região (capítulo 6) incluem as de tipo ambiental, à escala do sítio, que tanto condicionam a forma e o crescimento da cidade, como os

recursos inerentes à sua fortuna, até à definição das áreas de influência. Aqui encontra-se novamente a preocupação dos autores ingleses com a diversidade de áreas de serviços e a necessidade de as compatibilizar, fazendo coincidir a região administrativa, a de planeamento e a geográfica.

Finalmente, JONES debruça-se sobre a sociedade urbana (capítulo 7). Considera as diferenças existentes entre população urbana e rural, acentuando as características do urbanismo de L. WIRTH, estuda a densidade e a sua variação com a distância ao centro e com a hora do dia, ressaltando as diferenças entre cidades pré-industriais e ocidentais. Refere-se também às migrações pendulares e à demografia (*sex ratio*, mortalidade infantil e estrutura etária). JONES compara o comportamento demográfico das áreas urbanas com as rurais, da zona central com os subúrbios, das cidades nos países industrializados com as dos menos desenvolvidos. O estudo da sociedade termina com a referência à segregação social e aos modelos da escola ecológica de Chicago.

Este capítulo condensa a maior parte dos assuntos que hoje são objecto do estudo intra-urbano, mas é bastante insatisfatório, quer em termos de compreensão da estrutura urbana, quer das áreas funcionais, embora apresente alguns aspectos inovadores e positivos. Começa com o estudo dos habitantes, “a vida” dos autores franceses, embora lhe dê um tratamento bastante diferente. De facto, JONES não se limita a comparar taxas de ocupação entre o campo e a cidade, pois avança para a diferenciação do espaço intra-urbano, conseguindo a alteração mais positiva na parte respeitante à população activa: o autor substitui a habitual descrição, monótona e desinteressante, por uma verdadeira geografia social da cidade ao relacionar a estrutura social com a mobilidade (social e de lugar de residência); isto permite-lhe, de seguida, introduzir a segregação e os modelos dos ecologistas. Não é por acaso que este capítulo começa por apontar as grandes diferenças da sociedade urbana em relação à rural, na linha de WIRTH. Densidade, ocupações, heterogeneidade constituem a matriz onde são introduzidos os elementos demográficos, convertendo-se pois a descrição geográfica da população numa geografia social. É por isto que a densidade e a constatação das suas variações ao longo do dia levam ao estudo das migrações casa-trabalho. A estrutura da população activa equaciona estes movimentos e a diferente ocupação do espaço pelas várias classes sociais, enquanto a heterogeneidade é estudada a partir da segregação (rácica e religiosa, principalmente).

JONES reconhece que há muitas variações nas cidades, o que pode tornar difícil a generalização, mas acentua que, neste livro, procura apresentar os aspectos que elas têm em comum. A nível de exemplos aflora frequentemente as diferenças entre as cidades ocidentais e as pré-industriais e, dentro destas, ocasionalmente, as situadas no hemisfério sul.

Embora no seu conceito de cidade siga a tradição dos autores anteriormente considerados, privilegiando portanto o serviço às regiões tributárias, e apresente um esquema semelhante ao de SMAILES, o livro de JONES parece-nos mais distanciado das perspectivas positivas e mais sensível às críticas culturalistas feitas aos modelos desta escola. Tal como SMAILES e DICKINSON, o autor reconhece o papel do desenvolvimento como principal responsável pela morfologia urbana, mas está mais ligado ao

ciclo histórico de GEDDES ou MUMFORD, por não relacionar esse desenvolvimento com a acção dos processos ecológicos. Tal como referimos, a ligação à escola ecológica de Chicago é feita principalmente através do culturalismo de WIRTH.

A apresentação é bastante condensada, com letra miúda e poucas figuras; para além das referências de pé de página, inclui uma pequena bibliografia, de que se destacam as obras gerais e a bibliografia específica de cada capítulo. É um livro que apresenta os assuntos com pouca profundidade e sem inovações de organização importantes, para além das já referidas: capítulo 5 e parte da população do capítulo 7.

Em 1966, R. MURPHY dá à estampa o primeiro livro de texto de geografia urbana, nos Estados Unidos (6). Isso leva-o a dizer que apresenta a disciplina na forma que considera "mais adequada aos estudantes" (p. VII), o que se revela também nas preocupações de carácter didáctico e na forma de tratar os vários assuntos. Destaque-se, em primeiro lugar, a importância atribuída aos conceitos; não só os dois primeiros capítulos se destinam a isso, mas em quase todos se nota o cuidado em precisar os termos usados. Depois, a referência frequente às fontes de informação (o que se pode obter e onde), os métodos de tratamento (mapas de população e de uso do solo, por exemplo), os critérios de delimitação da cidade, das zonas, do CBD. O carácter didáctico revela-se ainda no desenvolvimento dos diversos capítulos porque, depois de referir as fontes, os conceitos, os critérios, MURPHY apresenta um resumo de um ou dois trabalhos sobre a matéria em causa, incluindo figuras e extractos de textos. Estas apresentações são mais ou menos pormenorizadas, mais ou menos discutidas e, frequentemente, acompanhadas de interrogações que são outras tantas pistas a requerer estudo e aprofundamento posteriores.

MURPHY escolhe estudar a cidade norte-americana como um tipo mas, atendendo aos numerosos aspectos que estas cidades têm em comum com as europeias ou "ocidentais" (segundo a terminologia difundida pelos autores saxónicos), o seu livro é efectivamente um manual de geografia urbana, pelo menos para as cidades melhor conhecidas: as industrializadas dos países capitalistas.

O livro está dividido em 20 capítulos: os três primeiros são introdutórios, do 4.º ao 9.º o autor trata das áreas de influência, distribuição dos lugares e classificação das cidades, enquanto nos restantes estuda as actividades urbanas, estabelecendo comparações entre as cidades e analisando os padrões intra-urbanos.

Assim, no capítulo 1, dá a noção de geografia urbana, os principais enfoques dos estudos urbanos e apresenta o livro; o capítulo 2 inclui os conceitos de base, as diferenças entre rural e urbano, os limites das cidades, as diferenças entre cidade real ou geográfica e legal, os critérios administrativos e estatísticos (com realce para o Censo dos EUA), enquanto no capítulo 3 se apresenta a problemática das periferias: conceitos, diferenças e critérios de delimitação da zona suburbana interior e exterior, subúrbios e satélites.

Na primeira parte, MURPHY apresenta a determinação de áreas de influência e discute questões de terminologia (capítulo 4); seguidamente, passa à questão da localização e discute o papel das cidades como centros de serviços, apresentando a

(6) R. MURPHY—*The American City. An Urban Geography*, Nova Iorque, McGraw-Hill, 1966.

Teoria de Lugares Centrais com bastante pormenor (capítulo 5). A multiplicação de trabalhos visando aplicar aquela teoria a regiões dos Estados Unidos e do Reino Unido levam àquilo a que chama o problema da hierarquia, isto é, à controvérsia da hierarquia *versus continuum*, que trata no capítulo 6.

Finalmente, dá conta das medidas da actividade urbana voltada para o exterior, através dos estudos da base económica urbana (capítulo 7), seguindo-se a classificação funcional das cidades (capítulo 8) e a análise dos padrões de cada tipo de cidade, nos Estados Unidos (capítulo 9).

A introdução à segunda parte é feita através da população (capítulo 10) com o estudo das variações intercensitárias e do padrão da densidade. O autor apresenta também mapas de outras características sociais para que dispõe de informação, salientado os contrastes nas distribuições e avançando várias interrogações. Tal como JONES, não reduz o estudo dos habitantes à demografia mas, ao incluir outras variáveis sociais, integra-o na geografia social.

O capítulo 11, sobre uso do solo, é, do mesmo modo, introdutório — a análise funcional da cidade deve partir do quadro existente, o "*Land use*" — e tem carácter essencialmente prático, versando a execução dos mapas e metodologia. No capítulo 12 MURPHY faz a apresentação global da estrutura urbana, através dos três modelos da escola ecológica de Chicago. Seguem-se o estudo das principais actividades consumidoras de espaço, os transportes e migrações (capítulo 13), a actividade comercial, os serviços e comércio grossista (capítulo 14), o CBD (capítulo 15), a indústria transformadora (capítulos 17 e 18), a habitação (capítulo 18) e outros usos como educação, religião, recreio, administração (capítulo 19). De modo geral, todos estes capítulos obedecem ao mesmo tipo de esquema expositivo: fontes de informação, estudos existentes e aspectos a necessitar de maior aprofundamento.

A parte sobre transportes ressent-se da falta de pesquisa então existente; o capítulo 15, pelo contrário, é muito desenvolvido, e incide bastante em questões metodológicas, pois resume o trabalho que o autor tinha realizado com J. VANCE. Neste conjunto de capítulos, principalmente nos 16.º, 18.º e 19.º, para além da observação dos padrões intra-urbanos, o autor faz também a comparação do comportamento das variáveis consideradas entre as cidades dos Estados Unidos.

O último capítulo, relacionado com a expansão territorial das cidades e os problemas de administração destas áreas metropolitanas, embora reportando-se ao caso americano, pode ter alguma utilidade como fonte de informação. Já os dois anexos, sobre a estrutura político-administrativa de New England e as várias divisões administrativas que retalham as cidades, só interessam à pesquisa naquele país.

Para além de sentido pedagógico, MURPHY revela também preocupações metodológicas e uma procura constante do rigor, ao definir conceitos, limites, critérios, assim como grande sentido de organização, subjacente a uma formação de tipo positivista.

Para além de numerosas figuras, cada capítulo é acompanhado de referências bibliográficas. O autor acentua ter procurado que o livro fosse suficiente em termos de informação-formação do estudante, pelo que as indicações bibliográficas se destinam a orientar os mais aplicados no aprofundamento da pesquisa. Os trabalhos mais

importantes até então realizados nos Estados Unidos sobre os vários temas que trata aparecem por isso bastante bem sintetizados.

A obra de J. JOHNSON (7) compreende nove capítulos. O autor começa por abordar a noção de cidade, a diversidade de perspectivas e de critérios para a sua definição, assim como os factores de crescimento urbano (capítulo 1). Considerando que os factores associados às duas revoluções urbanas são diferentes, refere os que considera estarem na génese dos primeiros lugares urbanos, a história da cidade até à revolução industrial e as causas que, a partir daí, influenciam o desenvolvimento das aglomerações urbanas.

O capítulo 2 é dedicado à morfologia urbana, concretamente “aos contributos que as sucessivas situações sociais e técnicas trouxeram à morfologia das cidades, quer dizer, à “paisagem urbana” (p. 41). O autor analisa os principais tipos de plantas, a época em que foram mais usadas, as vantagens e inconvenientes associados a cada um; conclui o assunto com alguns projectos, a que chama a “procura da cidade ideal”. Depois refere-se à relação profunda existente entre os meios de transporte e a forma urbana e defende a articulação entre morfologia e função, pois o aspecto exterior, tanto de ruas como de edifícios, pode ser comandado pelas funções que desempenham.

Os capítulos 3 e 4 são dedicados à população. No primeiro analisa os contrastes demográficos entre a cidade e as áreas rurais, assim como entre cidades com idades e funções diferentes. Em relação com as migrações para as zonas urbanas, refere a segregação social, a mobilidade residencial e os contrastes centro-periferia. Finalmente apresenta o comportamento da densidade. No 4.º começa com o estudo da população activa, partindo daqui para a separação entre actividades básicas e não básicas e propostas de classificação funcional das cidades. Segue-se a determinação de áreas de influência, classificação dos lugares em níveis, consoante as funções centrais que neles ocorrem, Teoria de Lugares Centrais e escalonamento urbano (capítulo 5).

No que se poderá chamar uma segunda parte, o autor passa à caracterização de algumas áreas funcionais, do CBD (capítulo 6), da residência suburbana (capítulo 7), das zonas industriais (capítulo 8). O tratamento destes assuntos é essencialmente descritivo, por vezes alicerçado no caso duma cidade, como acontece com Londres, no que se refere à indústria.

O livro termina com um capítulo intitulado “Teorias da estrutura urbana”, que pretendia ser uma síntese explicativa da cidade como estrutura, mas a que falta unidade e coerência: começa por apresentar os modelos da escola ecológica, para de seguida referir a análise de gradientes, as características das cidades pré-industriais e coloniais e terminar com alguns exemplos de modelos matemáticos, mesmo parciais, aplicados a estudos urbanos.

Estamos perante uma obra de transição e disso se ressentem a organização escolhida que, quanto a nós, é infeliz. O autor mantém uma certa tradição britânica,

(7) J. H. JOHNSON — *Urban Geography: An Introductory Analysis*, Oxford, Pergamon Press 1967. Tradução castelhana da 2.ª edição, Barcelona, Oikos Tau, 1980.

segundo a qual a morfologia é um resultado do processo histórico; por isso, começa por apresentar a história da cidade, seguida do capítulo sobre morfologia, mas não reduz à mudança temporal a explicação das formas urbanas. Com efeito, JOHNSON aproxima-se dos neo-ecologistas pela importância que dá às condições sociais, técnicas e às variáveis culturais na produção da variedade das formas urbanas. Se a importância da civilização já era assinalada por SMAILES, a novidade em JOHNSON é a chamada às condições técnicas e organização social. Isso aparece bem nítido nos dois primeiros capítulos e na análise das cidades pré-industriais e coloniais.

Ao contrário dos autores anteriores, e embora afirme a relação existente entre função e forma, JOHNSON não inclui na parte sobre morfologia o uso do solo e, de modo geral, pode considerar-se limitado o interesse atribuído às áreas funcionais intra-urbanas. Na prática, tal como GARNIER e CHABOT fizeram em França, também em Inglaterra, nos anos 60, se separa o estudo da forma do da função; mas a escolha de algumas zonas da cidade, e o tipo essencialmente descritivo, quando já havia muitos conhecimentos e sistematizações sobre os aspectos funcionais, retiram interesse a estes capítulos.

JOHNSON mantém também a tradição inglesa de incluir o estudo das áreas de influência e a distribuição dos lugares na geografia urbana. Desde a primeira obra referida, a de DICKINSON, que se nota a tendência para a redução desta parte, aqui limitada a um capítulo sensivelmente colocado a meio do livro, entre a estrutura da população activa (classificação funcional) e o CBD, por motivos pouco claros. Sendo a organização das matérias num livro uma escolha pessoal do autor, ela pode ser sempre questionada, embora no geral constitua reflexo duma orientação que, neste caso, não nos parece muito coerente. Pretende-se apresentar coisas bastante diversas, aspectos tradicionais e inovações, mas não pensamos que isso tenha sido conseguido de forma integrada e coerente.

De referir ainda que, para além da bibliografia específica de cada capítulo, o autor acrescenta referências complementares, constituídas pelas colectâneas de artigos fundamentais, e uma chamada de atenção para as revistas que, em Inglaterra e nos Estados Unidos, mesmo sem serem de geografia, publicam artigos interessantes para a geografia urbana. Na tradução castelhana, que seguimos, é de louvar o trabalho do tradutor, que acrescentou referências bibliográficas de carácter geral, acessíveis (por meio de tradução ou não) em castelhano, catalão e francês, seguidas pela bibliografia recente respeitante à Espanha e à América Latina.

A obra que habitualmente recomendo aos meus alunos é a de H. CARTER⁽⁸⁾, devido, principalmente, ao seu equilíbrio. Com efeito, combina aspectos tradicionais da geografia urbana com as novas correntes, numa articulação muito atraente e acessível. Tal como já salientámos a propósito de outros, também o texto de CARTER inclui introduções temáticas e exposições de trabalhos, ora de carácter teórico, ora mais analíticos, de outros autores.

Tendo sido publicado inicialmente em 1972, seguimos a edição de 1975 que, nas palavras do próprio autor, mantém o esquema inicial, pese embora o maior desen-

(8) H. CARTER—*The Study of Urban Geography*, Londres, E. Arnold. 2.ª edição, 1975.

volvimento de dois temas, “a perspectiva dos comportamentos, tanto nas suas implicações com o conceito de centralidade, como na escolha de residência, e a imagem que os cidadãos elaboram do espaço da cidade” (p. X). Como já vai sendo habitual, CARTER diz que a geografia urbana compreende o estudo das cidades “*in an area and as an area*” e que “o processo de urbanização deve ser abordado analiticamente segundo três aspectos: as mudanças económicas e sociais a ele inerentes, a emergência de um sistema de cidades e o crescimento físico de cidades individuais” (p. 38). Deste modo, como o primeiro aspecto não tem parâmetros espaciais, depois de dois capítulos de carácter introdutório, o livro desenvolve os outros dois temas, cada um em sua parte.

A parte I, dedicada ao sistema de cidades, trata da emergência do sistema em relação com o desenvolvimento económico (capítulo 3), as funções das cidades e as várias propostas de classificação funcional (capítulo 4), a distribuição das cidades, Teoria dos Lugares Centrais, escalonamento urbano e macrocefalia (capítulo 5), aplicação a várias regiões (capítulo 6), discussão e críticas à teoria (capítulo 7).

A parte II é destinada ao estudo da cidade como área. Os dois primeiros capítulos são introdutórios e analisam as plantas (capítulo 8) e a localização dos usos (capítulo 9). Curiosamente CARTER adopta uma definição de paisagem urbana inspirada em K. LYNCH, ao dizer que “em geografia urbana ela significa o conjunto dos elementos visíveis na cena urbana ou a imagem de conjunto da cidade” (p. 143). Ao tratar o uso do solo, o autor pesquisa a articulação das distribuições espaciais numa estrutura de conjunto e passa para isso em revista as várias teorias explicativas, da ecologia humana ao sistema de actividades, passando pela economia espacial. De seguida, são apresentadas as características das áreas funcionais mais importantes: o centro (capítulo 10), as áreas habitacionais (capítulos 11 e 12) e a indústria (capítulo 13). O segundo tema é o mais extenso; para além de aspectos já abordados no capítulo 9, o autor estuda as características dos fogos e a segregação no capítulo 11, enquanto no 12.º, sobre a franja urbana, considera a habitação e a paisagem em geral nas áreas periféricas, e ainda a problemática do urbanismo como modo de vida; a fronteira pouco nítida entre campo e cidade permitem-lhe introduzir o conceito de M. WEBBER sobre os conjuntos (universos) urbanos não definidos territorialmente (*non place urban realms*).

Os últimos capítulos fazem parte da conclusão. No 14.º, intitulado relação entre função e forma, trata da generalização dos princípios explicativos às duas abordagens da cidade (no sistema urbano e como território), bem como da inter-relação existente entre a morfologia e a função, quer nos centros, quer entre centros. A primeira abordagem é a que tem tido mais expansão, principalmente devido à aplicação da noção de hierarquia e centralidade às actividades terciárias, tanto na definição dos sistemas de lugares centrais, como na organização terciária intra-urbana.

Finalmente, o último capítulo é uma reflexão do autor sobre o que tem sido a evolução da cidade e das atitudes científicas, particularmente da geografia, face às cidades. Assumindo-se como autor que produziu um livro de texto numa certa época e lugar, dentro dos circunstancialismos pessoais e externos que isso implica, não deixa de ventilar a hipótese do fim da geografia urbana, como aliás de outras geogra-

fias humanas, dentro da reestruturação unificante da disciplina. Tal como CLAVAL encerra um manual tipicamente positivista citando B. BERRY numa fase de descrença do positivismo, assim CARTER remata o seu texto com a hipótese, defendida por P. GOULD, de que a disciplina a que se destina tem os dias contados. Masoquismo científico ou o acompanhar das novidades que se fazem mais depressa que um livro?

Escusado será dizer que o capítulo 15, sobre a imagem da cidade, bastante limitado ao estudo de K. LYNCH, e um dos que representa maior desenvolvimento em relação à 1.ª edição, me parece deslocado na posição que ocupa, pois corta os capítulos que constituem a síntese-conclusão desta obra, concretamente o 14.º e o 16.º.

Para além das notas de rodapé frequentes, cada capítulo é acompanhado duma bibliografia que permite aprofundar a respectiva matéria. Estas referências foram actualizadas na edição de 1981, em que o autor volta a reformular alguns aspectos da sua obra, nomeadamente pelo relevo dado à consideração das desigualdades e maior desenvolvimento da parte respeitante às áreas habitacionais. Esta última conduz à inclusão de mais um capítulo sobre a estratificação do mercado da habitação, onde considera o papel dos vários agentes que nele intervêm e o influenciam, enquanto o maior interesse pelas desigualdades aparece expresso através da inclusão de um capítulo sobre os padrões sociais e económicos na cidade (distribuição de doenças mentais; criminalidade, rendimentos) e pelo tratamento muito mais profundo que recebem as cidades dos países do Terceiro Mundo. Para além das referências comparando as características das cidades ocidentais com as pré-industriais e do Terceiro Mundo, o capítulo 16 é agora especificamente votado a estas últimas.

Se estas matérias levam ao aumento do número de capítulos, outros assuntos, pelo contrário, ainda que presentes, deixam de ser objecto de tratamento autónomo e fundem-se com capítulos já existentes, como o antigo 3.º, sobre o desenvolvimento do sistema de cidades, e o 14, sobre a relação entre função e forma.

Continuando a fazer a ponte entre as perspectivas mais tradicionais e mais modernas, não há dúvida que os enfoques predominantes evoluem da posição mais tipicamente neo-positivista para um "behavioural" conectado com os "sistemas de actividades" e para os da geografia radical, nesta última edição.

Também em 1972, e no Reino Unido, aparece outro livro de geografia urbana que, ao contrário da visão global de CARTER, mostra uma opção quanto à orientação escolhida. A obra de D. HERBERT (9) revela a maior preocupação com os aspectos sociais que se desenrolam no espaço urbano. Não se trata, pois, de um livro que apresenta a globalidade do fenómeno urbano; privilegiam-se nele os actores, em detrimento do cenário, ao "estudar os padrões das actividades sociais num contexto social" (p. 18). Para HERBERT, "a cidade pode muito bem ser encarada como um ambiente social que a sociedade produziu e com o qual ela está em interacção" (p. 15).

O enfoque no social explica o maior desenvolvimento dos capítulos sobre habitação e movimentos da população em comparação com outras obras, assim como o tratamento regional dos assuntos, focando áreas na cidade.

(9) D. HERBERT—*Urban Geography. A Social Perspective*, Londres, N. Iorque, Praeger, 1973 (edição americana).

O livro é constituído por oito capítulos; o primeiro, com carácter introdutório, refere-se aos conceitos de cidade, às principais perspectivas dos estudos urbanos, ao interesse da geografia social pelas cidades, para além da apresentação do livro; no capítulo 2 o autor refere a evolução das taxas de urbanização, as diferenças campo-cidade e as características e problemas das cidades actuais (motorização, suburbanização, poluição), comparando as da Europa e do Terceiro Mundo.

Depois, HERBERT passa em revista, mais demoradamente, as perspectivas dos estudos de sociólogos, ecólogos e geógrafos sobre a cidade e apresenta os modelos de estrutura urbana ligados à escola ecológica de Chicago.

No capítulo 4, dedicado à zona central e distinguindo o CBD da franja, o autor refere os critérios de delimitação e as características de cada zona, considerando a progressão do CBD na zona de transição, a degradação dos edifícios e o *filtering down*, bem como a revalorização de certas áreas do interior do tecido urbano.

A estrutura residencial, ou o que mais propriamente se chamaria de segregação residencial, cobre 2 capítulos. O 5.º é dedicado às subáreas sociais e à correlação entre variáveis sociais e do espaço, dando particular desenvolvimento ao Estudo das Áreas Sociais (*Social Area Analysis*), enquanto no 6.º aparece a explicação da segregação, conseguida através da Ecologia Factorial, segundo MURDIE. HERBERT apresenta exemplos de explicações em vários países e a generalização das condições necessárias para a individualização dos factores principais, identificados nas análises das cidades norte-americanas. De seguida, o autor analisa a distribuição geográfica de outras características sociais, seja do âmbito da geografia médica, seja sobre delinquência. Considera que o meio físico pode agravar situações mas não é responsável pelos resultados, que dependem essencialmente da situação de pobreza ou do meio social desfavorável em que as pessoas se encontram. Este capítulo termina, apesar disto, com algumas considerações sobre a relação forma-comportamento, exemplificada através da análise de alguns bairros.

O capítulo 8, intitulado movimento na cidade, depois de ligeiras referências a padrões de deslocação, nomeadamente para o trabalho e compras, detém-se sobre a mobilidade habitacional e o processo de escolha de residência, a importância da imagem como condicionante das escolhas feitas e a alteração do nível sócio-económico dos bairros no tempo.

Ligado à geografia locativa, HERBERT estuda os aspectos espaciais da diversidade social.

Parece difícil considerar a inclusão da obra de R.J. JOHNSTON⁽¹⁰⁾ neste conjunto, pois pressupõe as matérias que habitualmente se encontram nos manuais mas não as expõe; serve-se delas para apresentar uma matriz explicativa. Não será ainda uma teoria sobre a cidade ou os seus problemas mas o princípio dela, a que o autor, com modéstia, chamou de esboço.

JOHNSTON aceita como descrições válidas a enorme quantidade de estudos que os geógrafos, entre outros, têm produzido sobre a cidade, mas constata que "não havia

(10) R.J. JOHNSTON — *City and Society. An outline for urban Geography*, Harmondsworth, Penguin, 1980.

de facto uma teoria na qual se articulassem as pesquisas empíricas para além da crença defendida pelos 'locativos' que a distância era a variável independente com a qual qualquer padrão podia ser associado (e portanto 'explicado')" (p. 9).

A matriz explicativa, e uniforme na sua aplicação ao sistema de lugares e às áreas urbanas, assim como às várias actividades que partilham esse espaço, radica na organização da sociedade em classes e no modo como estas usam e transformam o espaço. Com base nisto, o autor adopta uma perspectiva radical.

Depois de um capítulo introdutório em que refere o conceito de cidade, a evolução da geografia urbana e apresenta a obra, o livro detém-se na evolução histórica (capítulo 2), pois tanto a estrutura social como o modo de produção variaram no tempo, assim como a sua relação com o espaço. Daqui em diante, o autor vai privilegiar dois momentos históricos, o mercantilismo e o capitalismo, porque as cidades actuais são essencialmente produto de um deles ou de ambos. Deste modo, a formação dos sistemas urbanos é analisada antes da revolução industrial (capítulo 3) e desde a revolução industrial até aos nossos dias (capítulo 4). Os desequilíbrios introduzidos pela competição capitalista no povoamento, na organização urbana e na própria sociedade levam a uma crescente intervenção do aparelho do Estado e ao planeamento urbano e regional, que são considerados no capítulo 5.

Os capítulos seguintes debruçam-se sobre o padrão de usos característico das cidades. Apesar das referências ao comércio, escritórios, indústria e serviços públicos, a maior parte é dedicada a aspectos relacionados com a questão da habitação. Com efeito, a segregação residencial e os mercados da habitação são abordados nos capítulos 6 e 7, enquanto a actividade comercial, escritórios e indústria aparecem no 8.º e os problemas do ambiente, tanto físico como social, no 9.º.

A consideração dos problemas inerentes ao espaço urbano leva à avaliação dos processos de os corrigir, isto é, ao planeamento. Tendo o autor uma perspectiva global que articula o espaço com o grupo social que o produz, não pode deixar de concluir que "o planeamento urbano não é um agente de mudança económica e social mas antes de preservação. Pode conduzir a uma certa reorganização mas a estrutura essencial da sociedade permanece" (p. 275), pois "as sociedades capitalistas são baseadas em desigualdades que estão reflectidas nos arranjos espaciais das cidades. Mudar os arranjos espaciais não remove as desigualdades" (p. 275).

O livro de JOHNSTON nunca poderá ser recomendado como o livro de base a possuir; ele não diz como se passam os fenómenos, como se organiza o espaço entre as cidades ou dentro das cidades, nem como essa organização tem mudado. Ao situar-se numa perspectiva de abordagem definida que se pretende global e explicativa, esta obra é um complemento importante de outras mais analíticas e descritivas.

Tal como JOHNSTON, a obra de A.J. SCOTT⁽¹¹⁾ coloca alguns problemas quanto à sua inclusão no conjunto de livros analisados. Rigorosamente não será também um manual, ou, pelo menos, um manual clássico. Sem a preocupação de apresentar as características das cidades que muitos outros autores já fizeram, SCOTT pretende lan-

(11) A.J. SCOTT—*The Urban Land Nexus and the State*, Londres, Pion, 1980.

çar as bases de uma teoria da urbanização e do planeamento urbano encarados como resultado da estrutura do capitalismo.

Embora se considere radical, esta obra é bem diferente da de JOHNSTON; o próprio autor se afirma diferente das escolas 'tradicionais' (no sentido de constituídas por seguidores de CASTELLS ou HARVEY) da geografia radical. Com efeito não dá grande importância ao processo histórico pois só foca a cidade derivada da Revolução Industrial e do estabelecimento do modo de produção capitalista.

SCOTT define um objecto de análise teórico, o *urban land nexus* e o livro gira em torno da compreensão-definição da estrutura deste. Segundo o autor, esta expressão evoca a imagem de uma manta de usos de solo formando um aglomerado compacto e polarizado de fenómenos espacialmente interdependentes. O estudo salienta a importância do território quer pelo uso que regista (o *land use*) quer pelos efeitos derivados da localização (*land-contingent*). Com efeito as relações entre as várias actividades dão-se no território e, em larga medida, decorrem das vantagens diferentes que cada lugar oferece em termos de localização. São estas relações derivadas da localização que constituem a matriz que compõe o *urban land nexus*.

Os instrumentos de análise teórica são os da produção de bens. SCOTT adopta o modelo do tipo *input-output* de SRAFFA para a análise da produção de bens e distribuição do excedente e aplica-o ao longo de vários capítulos. Isso deriva da sua argumentação se basear no facto de a sociedade capitalista girar em torno da acumulação assegurada pela produção de bens. A lógica que preside à produção estende-se a todos os ramos de actividade, quer os directamente produtivos, quer os indirectamente, no sentido de apoiarem o processo produtivo. Isola, no entanto, os processos indetectáveis com a reprodução social da força do trabalho para destacar o papel do Estado embora "o Estado capitalista expresse as exigências específicas e a lógica da produção de bens" (p. 24). Efectivamente, depois da análise das escolas ecológicas, neo-clássicas e comportamentais para quem a cidade e o uso do solo são um produto de decisões, das escolhas das empresas e famílias, numa situação de equilíbrio, SCOTT considera a dialéctica conflitual existente entre as decisões privadas e o controle colectivo. Este último é assegurado pelo Estado que progressivamente tem ampliado a sua intervenção no espaço urbano.

Neste contexto, depois dos capítulos introdutórios (1 a 5) em que o autor apresenta a obra e a síntese da sua argumentação, em confronto com os estudos existentes, SCOTT trata da formação do espaço urbano como uma construção social, portanto à luz da teoria da produção de bens e do uso do solo, (capítulo 6 e 7) e o planeamento visto como expressão da vontade colectiva (capítulos 9 a 12). Estas duas partes são separadas por um capítulo bastante extenso, o 8.º, em que se esclarece o papel do Estado nas sociedades capitalistas.

Tal como em LIPIETZ, a cidade aparece como uma forma de reduzir os custos da distância, pois "numa sociedade dominada pela produção de bens os custos de ultrapassagem do espaço geográfico encorajam a aglomeração densa de empresas e famílias, e a aglomeração tende a gerar mais aglomeração" (p. 87).

A obra de SCOTT, tal como a de JOHNSTON, ao visarem a formulação de uma teoria, encontram-se a um nível diferente da maior parte dos manuais pelo que mere-

ceriam um tratamento particular mais aprofundado. Para além do tema e da perspectiva do autor, a maneira difícil como o livro está escrito afasta desta obra os alunos, recomendado-se o seu estudo para fases de especialização ou de complemento à iniciação em geografia urbana.

Os anos 80 vêem introduzir alterações importantes nos compêndios. JOHNSTON e SCOTT pretendem delinear uma teoria geral que articule as numerosas pesquisas empíricas sobre o espaço, objectivo que prossegue no âmbito da geografia radical, através da articulação das relações sociais com o espaço, no tempo. D. CLARK (12) parece mais interessado pela colaboração na solução de problemas. Considerando dois níveis de aprendizagem, um mais global em que os estudantes devem entrar em contacto com as diversas linhas de interpretação e análise, e o segundo, temático, onde se possam, entre outros, tratar os problemas das áreas urbanas e respectivas soluções, CLARK "procura fornecer um guia para os desenvolvimentos recentes e para a diversidade de temas cobertos pela geografia urbana" (Prefácio), destinado aos alunos dos dois primeiros anos, e apresenta um livro com organização e conteúdo consideravelmente diferentes dos anteriores.

No capítulo 1, o autor começa por referir a história da geografia urbana, seguindo-se os conceitos de cidade (capítulo 2). A demonstração de que a definição e a delimitação da cidade são factos subjectivos resulta bem evidente pelo facto de a abordagem a este assunto ser iniciada com a consideração da percepção e a exposição do estudo de K. LYNCH.

Uma vez que o interesse pela temática urbana, das pessoas, de modo geral, e dos geógrafos, em particular, se relaciona, no terceiro quartel deste século, com o incremento da população urbana e a grande dimensão assumida pelas cidades, os dois capítulos seguintes destinam-se ao estudo dos processos da urbanização e urbanismo. Ao contrário do que é habitual, CLARK fala em crescimento urbano (e não em urbanização) para a concentração de população em espaços restritos, que estuda no capítulo 3, e urbanização (em vez de urbanismo) para "o processo de mudança nos comportamentos e na forma das relações" (p. 72) inerentes à vida na cidade e que esta difunde nos campos.

O capítulo 5, sobre sistemas urbanos, apresenta uma reflexão quanto à distribuição dos lugares, ou melhor, às razões de localização das cidades nos locais que ocupam. O autor diz que tradicionalmente isso foi pesquisado a partir das condições do sítio e da posição, em análises que conduziram a classificações mais ou menos completas, mas a quase nenhuma compreensão dos princípios locativos envolvidos. Depois, apresenta os princípios que regem a localização das principais actividades urbanas. Assim, examina: o comércio ligado à noção de hierarquia e Teoria de Lugares Centrais; métodos estatísticos para análise de distribuições espaciais; a indústria; as actividades de gestão, mais flexíveis geograficamente, e sua importância nas economias pós-industriais; o papel saliente do processo de decisão, os níveis a que são tomadas as decisões empresariais e seus reflexos na hierarquia urbana. Tal

(12) D. CLARK — *Urban Geography*, Londres, Croom Helm, 1982.

como o título indicava, os princípios de localização aqui discutidos referem-se ao território e não ao espaço intra-urbano.

O capítulo 6, dedicado à estrutura interna, contém a apresentação dos vários tipos de abordagem à estrutura urbana, desde a ecologia humana aos marxistas. Finalmente, no capítulo 7, o autor debruça-se sobre o planeamento urbano, pois "a compreensão dos aspectos espaciais das cidades não pode continuar limitada aos processos económicos, sociais e ambientais: as consequências do planeamento nos padrões e problemas existentes têm de ser considerados" (p. 181). Neste contexto, CLARK apresenta uma panorâmica da evolução do processo de planeamento desde o século passado, mais desenvolvida para os casos dos Estados Unidos e Grã-Bretanha. Termina com a consideração dos problemas das áreas centrais e tipos de estratégias apresentadas em Inglaterra, para a sua solução.

Mais do que uma análise da cidade ou dos sistemas de cidades, este livro foca diferentes perspectivas de estudo. Na história da geografia urbana, nos conceitos, na explicação da organização urbana ou nos modelos de localização de actividades, nos tipos de planeamento, em todos os capítulos se nota a preocupação de não dar um conceito, mas de evidenciar a diversidade de contributos. Embora o autor apresente as várias perspectivas de forma muito sintética e organizada, recorrendo inclusivamente a quadros para facilitar a compreensão, parece-nos discutível o método apresentado, como o mais adequado para a iniciação na geografia urbana. CLARK parece situar-se numa linha metodológica muito recente que pugna pela unidade da geografia humana, partindo dos princípios gerais e do contraste das perspectivas para a análise temática, onde se deve incluir o planeamento, a procura de soluções para os problemas relacionados com o espaço. Será por isto que o último capítulo é dedicado ao planeamento, embora CLARK considere que os geógrafos urbanos "não podem 'resolver' os problemas das cidades mas podem contribuir construtiva e substancialmente para o debate sobre a cidade (...). Em conjunto com outros especialistas podem garantir que as políticas seleccionadas para modelar a cidade do futuro representem uma escolha devidamente informada" (p. 213).

Praticamente todos estes autores reconhecem o *papel regional das cidades*. Situando a razão de ser dos centros urbanos nos serviços à área tributária, a geografia urbana deve estudar simultaneamente, e de acordo com os mesmos princípios teóricos, as cidades no sistema de lugares e o espaço intra-urbano. Como em DICKINSON o estudo regional sobreleva o urbano, é SMAILES que inaugura esta série de manuais, ao desenvolver muito o estudo interno da cidade, e colocando as relações com o exterior no último capítulo. Treze anos mais tarde, E. JONES mantém essa posição, tal como o fazem os autores franceses. Com R. MURPHY (1966), a parte sobre áreas de influência passa para o princípio, traduzindo melhor a importância que, para os saxónicos, a cidade tem como *centro de serviços* à região. Depois de uma introdução mais ou menos complexa, os livros tendem a estruturar-se em duas partes, relativamente equilibradas, tratando a primeira das relações com o exterior e hierarquia de lugares centrais e a segunda da estrutura interna das aglomerações.

A *função das cidades* está intimamente associada a este papel regional, por isso SMAILES e DICKINSON propõe limiares urbanos, baseados nas funções centrais presen-

tes, e uma classificação de acordo com o nível hierárquico dos lugares. A classificação funcional tende a fazer a ponte entre o estudo das relações com o exterior, a base económica urbana, e o dos padrões intra-urbanos, notando-se uma tendência para desvalorizar as classificações qualitativas. A par da importância atribuída à função regional, estes autores estudam também a diversidade dos padrões apresentados pelas várias actividades (ou, menos correctamente, das funções) no espaço urbano. Deste modo, podemos dizer que os autores saxónicos privilegiam o *estudo funcional* (independentemente da escala de análise, sistema urbano ou cidade), em detrimento do morfológico, que teve maior importância na Europa continental.

A consideração da *organização funcional interna*, com realce para a estrutura comercial e a segregação das áreas habitacionais, segue uma linha sistemática. Daqui decorre a importância que estes autores atribuem ao uso do solo (*land use*) e à tentativa de o explicar. Excepto nos livros mais recentes, onde se encontra maior diversidade de interpretações, a explicação reduz-se aos modelos da escola ecológica de Chicago. O uso do solo e estes modelos são usados como enquadramento geral constituindo o capítulo introdutório à parte intra-urbana em quase todos os autores, com excepção de JOHNSON, que os remete para o fim da sua obra.

O enfoque funcional não é incompatível com o carácter regional dos estudos. É quase impossível não destacar o *CBD* como região individualizada no tecido urbano; alguns autores, como JOHNSON e CARTER, consideram também a *franja* nos seus aspectos particulares mas, quer o estudo destas áreas, quer o das zonas industriais ou habitacionais, não obedece aos princípios de análise regional, tal como entendida pela escola francesa. A importância atribuída por HERBERT à delimitação de subáreas no interior da cidade justifica-se pela preocupação em discutir os padrões de variação espacial e não pelo estudo individual dessas mesmas áreas.

Em contrapartida, encontramos poucas preocupações de tipo *morfológico*. Há referências à *localização*, frequentemente articuladas com o estudo dos sistemas urbanos, mas só SMAILES analisa os *sítios*, aspecto que MURPHY considera fazer parte do estudo regional das cidades, dado o carácter único que as suas características tendem a assumir. Em nenhum destes autores se encontram análises dos edifícios ou espaços livres; o estudo das plantas é reduzido e não revela grandes preocupações com a sua classificação ou sistematização.

Do mesmo modo, também se nota pouco interesse pela *história*. Se SMAILES e JONES ainda consideram as fases históricas do desenvolvimento urbano, até por aceitarem o seu papel na explicação das formas urbanas actuais, isso tende, depois, a ser substituído pela análise do processo de urbanização, nomeadamente através da evolução das taxas de urbanização e da dimensão dos centros urbanos. Com JONES a História não é já uma sucessão de períodos de desenvolvimento marcados nas plantas, mas principalmente duas fases separadas pela revolução industrial, considerada uma segunda revolução urbana. Deste modo, as cidades distribuem-se por dois grandes grupos principais, as *pré-industriais* e as *industriais ou de tipo ocidental*. Esta dicotomia, baseada na etapa de desenvolvimento, é importante por lhe corresponderem diferentes padrões de uso do solo e, por vezes, contrastes a nível da forma

urbana e da planta. Mas, mais do que a morfologia, é a organização funcional do espaço que torna pertinente e justifica o progressivo interesse quanto a esta classificação, introduzida por SJOBERG.

Mesmo JOHNSTON, cuja perspectiva radical o leva a recuperar o interesse pelo estudo da história, selecciona os períodos mais significativos, o mercantilismo e o capitalismo, que correspondem sensivelmente às duas épocas individualizadas por SJOBERG. Esta classificação dual, de raiz funcional e histórica, permite analisar, com o mesmo corpo teórico, as cidades em épocas diferentes e em estádios de desenvolvimento diversos.

A importância dada à análise funcional, tal como a equacionámos, não será completamente estranha a uma relativa preocupação com as questões do *planeamento*. Os problemas urbanos estão presentes em quase todos os textos mas são tratados de forma diferente. Nos primeiros autores franceses nota-se a preocupação com um organismo que tem de ser abastecido e está a crescer, enquanto DICKINSON e SMAILES manifestam a necessidade do ajustamento das divisões territoriais para fins administrativos, estatísticos, de gestão; o envolvimento dos geógrafos no planeamento e na procura de soluções para os problemas das áreas urbanas aparece em DICKINSON e CLARK, pese embora a distância que separa estes dois autores.

Ainda como consideração de carácter geral, podemos dizer que na geografia urbana saxónica se encontra maior sensibilidade à *questão social*. Isto aparece expresso na importância que estes autores atribuem à segregação habitacional, na forte ligação à ecologia humana, tanto na sua forma mais primitiva (escola ecológica de Chicago), como nos desenvolvimentos posteriores (Análise das Áreas Sociais e Ecologia Factorial), na consideração do comportamento espacial de variáveis sociais, sejam elas de educação, saúde, criminalidade ou administração, nomeadamente em MURPHY e HERBERT, e finalmente, no modo como é estudada a população urbana. Em vez de *demografia*, JONES e HERBERT apresentam-nos uma verdadeira geografia social das populações urbanas. No entanto, salvo as hipóteses adiantadas por TRICART ou a matriz teórica de JOHNSTON, não existe explicação para os padrões sociais encontrados.

A geografia positivista e quantitativa limitou-se a procurar regularidades, apresentando-as, por vezes, sob a forma de expressões matemáticas complexas, e a encontrar relações simultâneas, mas não necessariamente a explicar essas regularidades. A reacção viria através da construção teórica de inspiração marxista, aqui representada pela obra de JOHNSTON, e da proliferação de abordagens privilegiando o indivíduo (desde o estudo dos comportamentos, do processo de decisão e gestão, dos sistemas de actividades à geografia humanista), que podem inclusivamente levar a uma valorização da participação dos geógrafos no planeamento, como o faz CLARK.

Os manuais são produzidos tendo em vista o ensino de uma matéria, pelo que apresentam o conjunto de conhecimentos existentes sobre ela. Deste modo, nos livros de texto não perpassa necessariamente a perspectiva do autor, mas das correntes mais em voga na época em que são feitos. A multiplicação dos estudos urbanos tem sido acompanhada pela diversificação das perspectivas de análise, pelo que mui-

tos manuais recentes tendem a dar conta desta variedade, assumindo o autor uma posição relativamente neutra. Assim, este tipo de obras não é o mais adequado para identificar a corrente em que o autor se insere mas, através deles, apercebemo-nos da evolução que o tratamento dos temas urbanos tem conhecido ao longo do tempo.

O primeiro autor considerado, DICKINSON, privilegia o estudo regional pelo que afirmámos que os seus livros não poderiam ser considerados como manuais de geografia urbana. Inserem-se numa corrente, que alguns autores designam de "*city regional studies*", onde avultam numerosos trabalhos sobre delimitação de áreas de influência, principalmente em países de língua inglesa, mas também em França, como o estudo pioneiro de CHABOT sobre isócronas documenta.

Na Europa, e concretamente em França, encontramos trabalhos com uma *dominante morfológica*, ligada ao urbanismo em LAVEDAN (1936), autónoma em TRICART (1951). Pode dizer-se que, para estes autores, a cidade é uma forma com uma estrutura que resulta da reunião das diversas partes, nas suas relações mútuas. A tónica na morfologia permite-lhes uma posição de distanciamento em relação à tendência dominante (possibilismo regionalista). Para LAVEDAN, em 1936, a cidade era um produto da libertação das condicionantes do meio, enquanto para TRICART ela é fundamentalmente o espelho/produto da organização social.

Sensível ainda aos aspectos morfológicos, mas não considerando mais a cidade como uma forma, podemos referir CHABOT (1948) e SMAILES (1953), tidos como os introdutores de manuais nos respectivos países. Ambos dão bastante importância à história e à civilização, procurando os seus reflexos na morfologia urbana; ambos se preocupam com aspectos regionais, a identificação de tipos regionais de cidades, em CHABOT (orientação que se manterá com desenvolvimento no *TRAITÉ*), a diferenciação espacial de HARTSHORNE, em SMAILES. Ambos estudam as inter-relações do homem com o meio e é na explicação destas que encontramos a diferença que permite situá-los em escolas distintas. Enquanto CHABOT adopta uma explicação tipicamente possibilista, SMAILES e os saxónicos irão apoiar-se na ecologia humana.

Podemos então falar de uma *dominante funcionalista* em França, com CHABOT, GEORGE, BEAUJEU-GARNIER e de um *positivismo ou estruturalismo funcional*, nos investigadores saxónicos. Os autores franceses apresentam uma análise separada do quadro (espaço construído) e da vida (dos habitantes e do organismo urbano) e pouca preocupação com a estrutura. A corrente de explicação é o possibilismo, à maneira de GOUROU e SORRE, expresso na interdependência entre aspectos físicos (o sítio) e construção humana (a trama urbana, o tipo de edifícios); acentuam-se aspectos regionais e/ou civilizacionais (a obra humana, a cidade como produto da conjugação do meio físico e de condições da história ou civilização), que levam à identificação de "séries" ou famílias de cidades. Finalmente, é de referir o interesse destes autores pelas razões do aparecimento das cidades, e o desenvolvimento da ideia de *função originária*, ligada às necessidades que levam à escolha da *posição*. A classificação das cidades é de tipo qualitativo e descritivo, com base nesta função original, desde CHABOT.

A classificação parece ser, de resto, um dos objectivos de grande parte dos estudos efectuados. Descrever, comparar, classificar poderiam resumir o método de trabalho dos autores da escola possibilista.

Tenderíamos a classificar os manuais saxónicos dos anos 60 e 70 sob a designação de *estruturalismo funcional*, devido à importância que os seus autores atribuem à estrutura urbana. Tal como atrás referimos, estes autores começam a apresentação da cidade pelos modelos de estrutura urbana, segundo a escola ecológica, isto é, visões gerais da organização do espaço urbano.

Em termos de interpretação é nítida a ligação estabelecida com dois corpos teóricos existentes, a Teoria de Lugares Centrais, para o estudo dos sistemas de cidades, a ecologia humana, para a análise intra-urbana. Esta última tanto aparece na aplicação dos modelos e processos à estrutura urbana, como na adopção das correntes neo-ecologistas, (seja a análise das áreas sociais, seja a ecologia factorial), ou na importância atribuída à tecnologia no processo de desenvolvimento histórico, de que resulta a ligação entre urbanização e desenvolvimento. Apesar dos importantes contributos que o positivismo foi buscar à economia, nos manuais saxónicos considerados a componente social sobreleva a económica. Com efeito, e com excepção de CARTER que, como dissemos, consegue um equilíbrio notável entre as várias correntes, a superfície dos valores fundiários e mesmo o mercado de habitação não são tratados ou não têm grande desenvolvimento, enquanto a demografia (JONES e HERBERT) e outras variáveis sociais (MURPHY e HERBERT) são objecto de tratamento.

Estes autores privilegiam o estudo da ocupação funcional do espaço, de tipo sistemático, através da pesquisa dos factores locativos das várias actividades, ou mesmo com algum carácter regional, analisando áreas funcionais, caso do centro e da franja urbana. Como a cidade é principalmente um centro de serviços à região, o seu estudo (relações com o *hinterland* e com outros lugares) tende a ocupar a primeira parte destes manuais e as primeiras classificações propostas para os centros urbanos são influenciadas pela respectiva posição hierárquica.

De modo geral, estes autores atribuem pouco desenvolvimento ao estudo da morfologia, assim como à história.

Nos anos 80, os manuais, nos dois conjuntos culturais que considerámos, revelam-se diferentes dos anteriores e diferentes entre si. Em França encontramos uma *dominante estrutural de raiz positivista*, enquanto nos saxónicos aparecem reacções ao positivismo.

Assim, na primeira, nota-se o acentuar dos aspectos de estrutura. A orientação positivista é claramente de raiz económica em CLAVAL e menos nítida nos outros autores. Os textos revelam menor interesse pelas classificações baseadas em aspectos subjectivos, de aparência, embora se constate que, para além das características gerais, as cidades apresentam aspectos particulares, decorrentes do modo de vida e do desenvolvimento económico; os contrastes não são entre regiões, mas opõem os países industrializados aos subdesenvolvidos, os de economia liberal aos de economia socialista.

Pode considerar-se terminada a dicotomia para fins analíticos entre o quadro construído e a vida, dado o maior enfoque posto na organização económica e social do espaço urbano. Só em CLAVAL, no entanto, aparece uma matriz teórica que integra as várias componentes do espaço numa estrutura, matriz esta que também permite abórdar as relações das cidades umas com as outras e com os seus territórios.

Naturalmente que isto acontece em paralelo com a libertação das análises possibilistas das relações homem/meio. Dá-se a valorização do estudo do espaço vivido e a diversificação das perspectivas de abordagem do espaço urbano com a aceitação implícita de que a cidade é objecto de estudo pluridisciplinar usando instrumentos (teóricos e metodológicos) variados.

Pode verificar-se ainda a tendência para considerar um espaço maior do que o da cidade com menos preocupações de tipo histórico, o que leva mesmo os autores a deixar de lado as funções urbanas, segundo o esquema de CHABOT.

CHABOT.

Pelo contrário, as obras consideradas para este último período em língua inglesa já revelam a reacção ao positivismo. O livro de JOHNSTON que não pode ser considerado um compêndio, procura expor uma matriz teórica que enquadre a pesquisa existente; enquanto CLAVAL propõe uma teoria unificadora a partir da economia, JOHNSTON fá-lo a partir das relações sociais na história, usando o materialismo histórico.

Já CLARK parece favorecer a diversidade, acentuando as várias perspectivas e orientações que se encontram nos estudos urbanos. Não pretende fornecer um conhecimento sobre a cidade, mas uma reflexão ordenada sobre os modos como se tem obtido esse conhecimento. Admitindo, ao contrário de JOHNSTON, que o estudo deve servir de instrumento à mudança, o seu livro termina com um capítulo sobre o planeamento urbano e sua evolução desde o século passado.

Para além de um certo desfasamento temporal, não queremos terminar sem referir outros contrastes que a comparação de livros em contextos culturais diferentes evidencia.

Em primeiro lugar, deve referir-se que a produção de manuais é mais importante na Europa que na América do Norte. A multiplicação de revistas científicas torna particularmente úteis as colectâneas de artigos (*Readings*) que, ao inverso, são bastante mais frequentes no outro lado do Atlântico.

Os livros saxónicos (pelo menos ou mais modernos), têm no geral uma maneira de tratar os assuntos diferente da que se encontra nos franceses, sendo aqueles mais objectivos e mais sintéticos, enveredando preferencialmente para a apresentação de um assunto seguida de estudos analíticos ilustrativos, independentemente do autor que os realizou.

Independentemente de diferenças estruturais das duas famílias linguísticas, estes contrastes prendem-se também, segundo cremos, com o tipo de ensino universitário e o conceito de erudição académica, enquadrados nas duas realidades culturais. Em França, tal como na Península Ibérica, há tendência para inserir a Geografia nas Faculdades de Letras, onde constitui um curso relativamente individualizado, em

contraste com a maior autonomia dos Departamentos (ou Faculdades) de Geografia e a maior flexibilidade dos *curricula* nos países saxónicos.

TERESA BARATA SALGUEIRO